

# Agronegócios e a agricultura familiar nos Estados Unidos

Cliff Welch  
Bolsista da Capes – PUC/SP e UNESP/PP (2003/05)  
Assoc. Professor of History  
Grand Valley State University  
[welchc@gvsu.edu](mailto:welchc@gvsu.edu)

## **Comunicação coordenada – Modernização e territorialidade** MODELOS DE DESENVOLVIMENTO EM CONFLITO: O AGRONEGOCIO E A VIA CAMPONESA

Apesar das crenças sobre a centralidade da identidade do pioneiro como pequeno agricultor de sustentação (o *homesteader*) na história expansionista dos EUA, práticas comerciais sempre fizeram parte da história da agricultura norteamericana (Moog 1969; Huberman 1983; Junqueira 2001; Hoefle 2003). Uma leitura da literatura desta história mostra que agronegócios, uma palavra virada moeda corrente nos anos 50s por o economista da Universidade de Harvard John Davis, saiu da própria experiência de vários tipos de agricultores familiares, de um conflito dinâmico e criativo entre pequenos lavradores familiares e grandes lavradores aliados com empresários, apitado pelo estado (Berry 1983; Da Veiga 1994; Neth 1995; McNicol Stock 1996; Barron 1997; Woeste 1998; Magdoff, Foster and Buttel 2000). Lutaram um contra outra para definir a identidade nacional como se fosse um campo de batalha, um território de guerra. Apesar da sobrevivência de resistência entre alguns agricultores e seus aliados intelectuais, o lado do agronegociante não só ganhou a guerra mas conseguiu quase eliminar a oposição do campo (Berry 1983; Hart 1991).

Um processo de ocupação de espaço na luta através da concentração de terras no sistema de lavoura (o *farming*) e de controle no sistema agro-industrial e comercial (o *agrifood*) acompanhou o desenvolvimento deste modelo. No século 19, a grande maioria das lavouras foram propriedades de lavradores familiares. Mas, no século 20, a porcentagem caiu muito

até hoje, no início do século 21, o lavrador é o próprio dono em só 55 por cento das áreas agrícolas nos EUA. E, o numero deles tem diminuído muito. Entre 1930 e 2000, o numero total de fazendas caiu por 72 por cento – de 6.7 milhão unidades para 1.8 milhão (Lewontin 2000, 94). (O geografo John Fraser Hart oferece uma interpretação alternativa dos estatísticas do US Census biró, dizendo que o numero não caiu tanto porque o numero de unidades já não era tão grande na primeira metade do século 20. Mesmo assim, ainda na interpretação conservadora dele, o numero caiu pela metade, de 1,2 milhão unidades em 1950 até 0,6 em 1982 (Hart 1991, 373)).

O crescente papel do capital financeira no setor quase eliminou o agricultor familiar como porcentagem da população. Os quase dois milhão de lavradores ainda trabalhando na roça em 2000, usando os numeros de Lewontin, significam apenas um pouco mais que 0,5 por cento dos povos estadounidenses. Os agricultores familiares que sobreviveram dois séculos de desenvolvimento capitalista só conseguiram ficar no setor através de uma transformação significativa e frequentemente brutal que os levou para assumir o título de agronegociante. Houve várias tentativas de formar união entre os agricultores familiares de muitas regiões e fizeram lutas coletivas contra o processo de modernização forçada. Mas, a política da classe dominante venceu e os lavradores que sobreviveram até hoje parece como pessoas que sempre buscaram uma vida individualista, alheio um a outro e da sociedade em geral (Hart 1991; Lauck 2000). Como qualquer história, é uma de muito confronto e pouco metamorfose, ao contrário do que escreveu o José Eli da Veiga, que se preocupou com as manobras da elites em Washington e ignorou a história dos lavradores (Da Veiga 1994). Hoje em dia, a maioria dos lavradores tem suas próprias terras mas tiram pouca lucro dela. Mais que 50 por cento ganham só 14 por cento de sua renda anual com atividades agrícolas; viraram proletários ou das grandes empresas de insumos (agrotóxicos, sementes e ração, por exemplo) ou de venda de commodities (de grãos, por exemplo) no

mercado mundial (McMichael 2000, 133-35; Lewontin 2000). Tem pouca esperança por uma vida melhor mas também, não vão desaparecer completamente.

Durante a época colonial, de 1603 á 1776, as treze colônias inglesas norteamericanas cresceram lentamente. Tratados com as nações indígenas e conflito com outras potências, principalmente a França e Espanha, tiveram o efeito de conter os colonos ingleses no lado leste dos montes Apalaches. No litoral leste, a pequena lavoura familiar de alimentos cresceu no norte até o rio Hudson e, no sul, a grande lavoura familiar de commodities (utilizando principalmente trabalho escravo africano) cresceu até os montes. A política agrária apoiou as duas formações e, por muitos anos, os dois modelos cresceram juntos sem conflito. No norte, algumas pessoas mais ricas ou melhor vinculados com o metropole viraram donos de áreas maiores e conseguiram dominar o comércio; no sul, também houve estratificação, incluindo a formação de pequenos lavradores entre os brancos que vieram como ajustados indevidos. Nesse período colonial quase ninguém (fora um grande numero de indígenas) trabalhava a terra sem contato com o mercado; todo mundo teve obrigações à coroa inglesa (Huberman 1983; Karnal 2001).

As primeiras décadas da formação da nação foram a época do pioneiro. Ou em missões avulsas ou patrocinadas pelo estado, os norteamericanos começaram a atravessar os montes Apalaches, fazendo entradas no interior, constituindo povoadas, ou viajando até o litoral oeste do oceano pacífico para estudar o tamanho e riqueza do território, ainda nas mãos de outros. Foi um período bastante caótico e conflituoso. Pequenos lavradores se uniram várias vezes para reclamar as novas políticas estaduais ou federais. A maioria dos lavradores eram ex-combatantes da guerra de independência e eles protestaram políticas que diminuíram os seus direitos como cidadãos, inclusive políticas que deram preferências os comerciantes invés dos produtores. A era colonial, de controle do metropole pelo rei, criou dois grandes tipos de consciência entre o novo povo: uma que lamentava a perda de uma autoridade

central e outra que nunca deixou de ser preocupado com a concentração de poder. Em 1789, o primeiro grupo já começou de predominar com a rejeição dos Artigos de Confederação e a aprovação da Constituição. (Os artigos deram mais poderes aos estados e condados e menos ao governo central.) Nos anos 1820, Presidente Andrew Jackson representou-se como líder do segundo tipo de grupo. No veto dele de legislação para formar um banco central, ele mostrou o seu preocupação com a concentração de poder dos comerciantes e liberou verba e terras para os pioneiros utilizar na colonização do meio-oeste. Mas, era mais discurso que fato e contribui mais para ajudar os grandes fazendeiros e donos de escravos do sul, a quem o Jackson pertenceu, tomaram os melhores terras. Os lavradores pioneiros se moveram ainda mais ao oeste. Conflitos de terras com os índios eram ferozes. Os pioneiros alcançaram o México num lugar que mais tarde seria conhecido com o estado de Texas. Numa guerra nos anos 30, eles conquistaram as terras do Texas e o território virou república. Nos anos 40, em uma nova política populista e vácuca, os EUA atacaram o México e o forçaram a vender uma região enorme – uma metade do México, um terço dos EUA – completando a expansão continental do país (Moog 1969; Huberman 1983; Junqueira 2001).

O simbólico e o concreto do conflito entre o pequeno lavrador familiar e o grande negócio podem ser vistos nos anos depois da Guerra Civil (1861-65). Durante a guerra, o Presidente Abraham Lincoln apoiou uma política de expansão, uma marcha para o oeste, através do Homestead Act (Lei de concessão de terras) de 1861. É a lei que muitos consideram a base de “reforma agrária” nos EUA. Em fato, ajudou atrair dezenas de milhares de imigrantes para formar fazendas no planície do centro-oeste do país. Mas, como mostra os analistas Emilia Viotti da Costa e Scott Hoefle, a mesma lei, mesmo como outras leis assinadas também por Lincoln na época, deram para ajudar no processo da concentração de terras. Para agilizar a construção das trilhas ferroviárias transcontinentais, por exemplo, Lincoln cedeu para os investidores grandes expansões de terras, direitos a mineração, e florestas

(Da Costa 1998; Hoefle 2003). No primeiro passo, o processo acabou com as tribos dos índios, no segundo com o meio ambiente, e no terceiro com os próprios lavradores familiares. Já no fim do século não existiram mais homesteaders e sim grandes fazendas de trigo, trabalhadas por máquinas e trabalhadores migrantes contratados só na época da colheita.

O maior movimento de resistência dos pequenos lavradores veio nos anos 1880. Em organizações coletivas formadas em cada região e chegando a formar até um partido político, o Partido do Povo (*People's Party*), eles protestaram contra a concentração de poder e terras e reivindicaram políticas repúblicas de verdade. Mostrando uma visão capitalista, a maioria das demandas deles foram vinculadas com mudanças nas condições do mercado. As “the number of landless tenant farmers in America rose steadily year after year,” escreveu o historiador Lawrence Goodwyn, os lavradores se organizaram para pedir a intervenção do estado. Através da regulamentação, no controle dos preços de transporte de commodities no trem, no sistema bancário para fazer crédito mais fácil de conseguir, para baixar as tarifas de importação, e oferecer mais assistência agrícola, os populistas procuraram políticas públicas que apoiariam os produtores pequenos e médios mais que os comerciantes e grandes lavradores. Uniram lavradores principalmente no oeste, centro-oeste e sul. Houve união entre homens e mulheres, brancos e negros, arrendatários e lavradores, e até uma combinação entre trabalhadores urbanos e lavradores. Para Goodwyn, “the agrarian revolt was the largest and most intense mass-democratic movement in American history.”. O movimento era tão forte que um dos partidos políticos centrais, o Partido Democrata, adotou muitas demandas deles e, num processo chamado fusão, absorveu o Partido do Povo. Infelizmente para os lavradores, o candidato democrático (William Jennings Bryan) nunca ganhou a eleição e as facções mais reacionárias tomaram controle do aparelho do Partido do Povo (Woodward 1938; Goodwyn 1978, viii e capa; McNicol Stock 1996).

O patriarca de Nova Iorque Theodore Roosevelt do Partido Republicano, que já na época esteve comprometido com empresários grandes, conseguiu ganhar a presidência em 1904 e depois disso instigou uma política agrária para contrariar os populistas. O chamado Movimento da Vida no Campo (o *Countrylife Movement*) dele estabeleceu uma estratégia de desenvolvimento que comemorou, por um lado, o agricultor familiar e, por outro lado, insistiu que ele adoptara meios de produção mais moderna e eficiente, meios que ameaçaram a vida do campo de muitos lavradores. Isso foi a Idade de Ouro dos lavradores – eles ganharam bem e produziram quantidades suficientes para o mercado. Mas, interesses urbanos queriam mais alimentos e preços menores. Respondendo a pressão dos empresários Roosevelt organizou a Comissão da Vida no Campo que recomendou uma parceria entre agricultura e indústria. Agricultura serviria a economia nacional consumindo produtos industrializados, como químicos e tratores, e vendendo alimentos baratos para não contribuir ao aumento da custa da vida dos operários. O tamanho das fazendas e a qualidade da vida nelas cresceriam enquanto diminuiria o numero total de lavradores necessários para produzir alimentos suficiente para a população e a exportação. Irônicamente, um crescente taxa de fechamento das fazendas dos agricultores familiares foi acompanhada por um aumento na comemoração do lavrador familiar, com os retratos famosos na capa da revista *Saturday Evening Post*. Um grupo de interesse particular, o Biró Nacional de Lavoura (*National Farm Bureau*), foi criado na época também, e até hoje é o maior lobbie em favor da ideologia de agronegócios (Lauck 2000; Danbom 1995; Barron 1997; Da Veiga 1994).

O período mais difícil para os agricultores familiares dos EUA era os anos 30, depois da queda da bolsa e, pior ainda, um seco forte no planície dos EUA. Muitos lavradores não sobreviveram as duas choques. A exportação de trigo caiu pela metade, o valor da exportação de carne caiu por três quartos e o algodão também. O preço recebido pelo lavrador caiu ainda mais e a maioria deles, já ganhando menos que 70 por cento do salário

médio dos operários, perderam mais 20 por cento. Carregando já bastante débito, muitos não conseguiram fazer os pagamentos aos credítários para os empréstimos – não para a terra, as máquinas nem para os impostos. Em consequência, “hundreds of thousands of farmers lost their farms between 1929 and 1933” (Danbom 1995). Naturalmente, o governo federal interferiu na agricultura no sentido de resolver a crise, só que a intervenção veio numa forma que adiantou a concentração de terras, controle, e renda no setor. Depois de oferecer assistência social imediata, o principal resposta do governo de Presidente Franklin Roosevelt veio a partir de 1933 com a criação da Agricultural Adjustment Administration. O novo aparelho estatal teve um discurso de apoio aos lavradores familiares mas as políticas dele piorou a situação de muitos. A grande preocupação da administração era reorganização do sistema capitalista na agricultura. Então, os primeiros projetos cuidaram o controle da produção e crédito, a conservação do solo, todos voltados para melhorar os preços dos commodities de exportação e não a renda do lavrador. O Farm Bureau, com discurso de defesa do agricultor familiar mas uma atuação que favoreceu os grandes, defendeu subsídios para os produtos dos socios mais poderosos, por exemplo, os plantadores de algodão, milho e tabaco, enquanto os lavradores de laranjas e aveia não ganharam nada (Danbom 1995; Da Veiga 1994).

Depois da segunda guerra mundial houve a última tentativa até os anos 80 de proteger o agricultor familiar. Na União Nacional dos Lavradores (o National Farmers Union), os pequenos e médios lavradores tiveram organizado uma rival para contrabalançar o Farmers Bureau. A União queria uma política para proteger a renda do lavrador e não subsídios para segurar o preço de commodities. Nessa época, o Charles Brannan foi o secretário da agricultura do Presidente Harry Truman e, com o fim da depressão e da guerra, achou importante reorganizar a política agrária. No plano Brannan, ele apoiou os desejos da União e assim causou pânico entre os fortes lobbistas do Bureau. O plano daria apoio para os produtores de alguns commodities só até um valor fixo (\$25,700 US em 1946). Isso foi ótimo

para pequenos e médios lavradores mais teria acabado com as vantagens de concentração e economias de escala que o Bureau tinha apoiado por décadas. O Bureau foi preocupado também que o plano ajudaria o crescimento da União, a sua maior rival, e o Partido Republicano achava que o plano ganharia o apoio da maioria dos lavradores ao Partido Democrata nas eleições de 1948. Com muita oposição e pouco apoio mobilizado, o plano não saiu do papel. Nos anos 50, então, a grande agricultura capitalista virou tão predominante que ganhou nome: os agronegócios (o *agribusiness*). Dr. John H. Davis, economista da Harvard, era pai do conceito que descreveu assim em 1957:

Agribusiness is a concept of economics which includes the sum total of all operations involved in the manufacturing and distribution of farm supplies; production operation on the farm; and the storage, processing and distribution of farm commodities and items made from them.

Em essência, significa a integração vertical da atividade agrícola e o modelo existe até hoje (Danbom 1995; Woeste 1998; Lauck 2000).

A historiadora Virginia Woeste examinou um aspecto fascinante do processo de transformar as fazendas de famílias em agronegócios. Ela enfatizou o papel da mulher na família. Por um lado, ela mostrou como as mulheres lavradoras (a “farmer’s wife”) tinha servido a pequena e média lavoura familiar. Seguindo Chayanov, a Woeste documentou as várias maneiras em que a mulher funcionava fora da economia formal para o benefício da família. Desde décadas, ela foi responsável para em diminuir a necessidade da família usar dinheiro. Através de várias economias como a fabricação própria de roupas, a cultivo de uma horta, a troca de artesanato, a mulher contribuiu fundamentalmente para a sobrevivência da família na terra. A Woeste chama-se estes meios “*making do*,” uma expressão que refleti, também, a flexibilidade do sistema na face de altas e baixas de preços nos mercados. As mulheres também ajudou a família através de atividade comunitárias. Organizando a vida social da família e participando em grupos de mulheres sócios de uma igreja ou escolas, elas ganhavam novas idéias e informação importante para a sobrevivência da família. Mas, elas



também acabaram ajudando o processo de transformação por uma dependência ainda maior no mercado. As mulheres foram um alvo dos sociólogos rurais que trabalharam para o governo a fins de “melhorar a vida rural” depois a segunda guerra. Os melhoramentos vieram na forma de aparelhos domésticos que poderiam ajudar as mulheres poupar tempo e fazer afazeres com mais eficiência. Só que cada aparelho – uma máquina para lavar roupa, por exemplo – teve um preço medido em dinheiro e, sem querer, as famílias ficaram com mais dividas e mais juros e assim precisavam mudar seu jeito de operar parcialmente não-capitalista (Woeste 1998).

O desenvolvimento de novas culturas biotecnológicas – os transgênicos – é o fase mais recente no crescente predominância dos agronegócios nos EUA. Pelo discurso das grandes fabricantes como Monsanto e DuPont, a biotecnologia vai produzir um farto de alimentos saudáveis e abundantes tão grande que o fome vai desaparecer. Mas, muitos analistas vêem outra visão do futuro. Dissem que os transgênicos prometem continuar o processo de concentração da lavoura – até os lavradores-agronegociantes. Vamos morar num mundo com menos e menos lavradores, fortificado com alta-tecnologia, produzindo ainda mais grãos, verduras, frutas, e carnes de valor nutricional duvidoso. Mas as empresas que compram e vendem o produto, como o Cargil e Bunge, não vão reduzir os preços; vão tentar tirar ainda mais lucros do processo (Middendorf et al. 2000; Brac de la Perrière, Seuret and Trollé 2001). Nos Estados Unidos, existe só uma pequena fração de lavradores, lentamente aumentando em tamanho, que tem conseguido reproduzir uma vida mais tradicional de agricultores familiares, aproveitando um novo mercado urbano da classe média globalizada para alimentos de qualidade, sustentável e- ou orgânico (Henderson 2000; Jager 2004). Usando um sistema de valores diferentes que o agronegócio, podem ser considerado camponeses e sim, alguns são organizados na Coalizão Nacional de Agricultores Familiares (National Family Farm Coalition-NFFC) e vinculado com a Via Campesina. Mesmo assim, a longa história da agricultura nos EUA tem produzida a forte predominância de agronegócios.

Por tudo isso, é importante destacar que a experiência histórica da transformação da agricultura lá mostra que, como em outros casos – industrialização, por exemplo – modelos de desenvolvimento saíram de processos e lutas específicos e peculiares de territórios e tempos distintos. sugerindo que eles não podem ser reproduzidos em outros territórios e tempos.

## REFERENCES CITED

- Barron, Hal S. 1997. Mixed Harvest: The Second Great Transformation in the Rural North, 1870-1930. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- .
- Berry, Wendell. 1983. Gift of Good Land: Further Essays Cultural and Agricultural. San Francisco: North Point Press.
- .
- Brac de la Perrière, Robert Ali, Franck Seuret, and Arnaud Trollé. 2001. Transgênicas: uma ameaça aos agricultores. Petrópolis: Editora Vozes.
- Da Costa, Emilia Viotti. 1998. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp.
- Danbom, David B. 1995. Born in the Country: A History of Rural America. Baltimore MD: The Johns Hopkins University Press.
- Da Veiga, José Eli. 1994. Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos. São Paulo: Annablume Editora.
- Goodwyn, Lawrence. 1978. The Populist Moment: A Short History of the Agrarian Revolt in America. New York: Oxford University Press.
- .
- Hart, John Fraser. 1991. The Land that Feeds Us: The Story of American Farming. New York: WW Norton Company.
- .
- Henderson, Elizabeth. 2000. Rebuilding Local Food Systems from the Grassroots Up. In Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment, edited by Fred Magdoff, John Bellamy Foster, and Federick H. Buttell, 175-88. New York: Monthly Review Press.
- .
- Hoefle, Scott William. 2003. Beyond Cold War Pipedreams: What the West Was Not. Journal of Peasant Studies 30, no. 2, January: 95-123.
- .
- Huberman, Leo. 1983. História da riqueza dos EUA (Nós, o povo), 3. São Paulo: Editora Brasiliense.
- .
- Jager, Ronald. 2004. The Fate of Family Farming: Variations on an American Idea. Lebanon, NH: The University Press of New England.

- Junqueira, Mary A. 2001. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Editora Contexto.
- Karnal, Leandro. 2001. Estados Unidos: a formação da nação. São Paulo: Editora Contexto.
- Lauck, Jon. 2000. American Agriculture and the Problem of Monopoly: The Political Economy of Grain Belt Farming, 1953-1980. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Lewontin, R. C. 2000. The Maturing of Capitalist Agriculture: Farmer as Proletarian. In Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment, edited by Fred Magdoff, John Bellamy Foster, and Federick H. Buttel, 93-106. New York: Monthly Review Press.
- Magdoff, Fred, John Bellamy Foster, and Federick H. Buttel. 2000. Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment. New York: Monthly Review Press.
- McMichael, Philip. 2000. Global Food Politics. In Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment, edited by Fred Magdoff, John Bellamy Foster, and Federick H. Buttel, 125-43. New York: Monthly Review Press.
- McNicol Stock, Catherine. 1996. Rural Radicals: Rage in the American Grain. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Middendorf, Gerad, Mike Skladany, Elizabeth Ransom, and Lawrence Busch. 2000. New Agricultural Biotechnologies: The Struggle for Democratic Choice. In Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment, edited by Fred Magdoff, John Bellamy Foster, and Federick H. Buttel, 107-23. New York: Monthly Review Press.
- Moog, Vianna. 1969[1954]. Pioneiros e bandeirantes: paralelo entre duas culturas, 9. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- National Family Farm Coalition. <http://www.nffc.net/index.htm> < 29 de maio de 2004 >.
- Neth, Mary. 1995. Preserving the Family Farm: Women, Community and the Foundations of Agribusiness in the Midwest. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Woeste, Victoria Saker. 1998. The Farmer's Benevolent Trust: Law and Agricultural Cooperation in Industrial American, 1865-1998. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Woodward, C. Vann. 1938. Tom Watson, Agrarian Rebel. New York: MacMillan.